



ALTO



Doações  
Mensagem

Passou e foi muito bem recebida a mensagem do bispo da Diocese de Cabinda, D. Belmiro Chissengueti, e do ministro da Administração do Território, Marcy Lopes. Acabaram-se os espectáculos humilhantes de exposição mediática da pobreza dos menos afortunados. As doações, de promoção colectiva e pessoal, deixaram de ocupar os principais noticiários, salvaguardando a imagem e dignidade das famílias em dificuldades.



BAIXO



Luanda confinada

Operação tapa-buracos

É voz corrente que o Governo Provincial de Luanda devia aproveitar o actual momento de confinamento social, em que há fraco trânsito automóvel, para uma grande operação de tapa-buracos, de modo a que no fim da pandemia da Covid-19 as pessoas possam circular sem os traumáticos e arreliantes constrangimentos do antes coronavírus. Seria o descomprimir do stress os habitantes de Luanda saírem do actual encarceramento sanitário e encontrarem as ruas fluidas, sem já os conhecidos buracos crónicos, como os do Largo da Samba, entradas que dão acesso ao Mercado e Triângulo dos Congolezes, do Nova Vida, Rangel e Cazenga, só para citar os mais problemáticos. Gestores públicos com visão de futuro há muito teriam tomado a dianteira, porque é no aproveitar as oportunidades que está qualquer que seja o ganho. As actuais dificuldades não devem servir para justificar a inércia.

REABILITAÇÃO DE QUINTAL POR 142,9 MILHÕES DE KWANZAS

# Menongue nega orçamento milionário em lar de idosos

Carlos Paulino | Menongue

O director do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística (GEPE) do Governo Provincial do Cuando Cubango, Elias Paganini da Silva, esclareceu, ontem, as dúvidas que pairam sobre a verba de 142 milhões e 970 mil kwanzas para a reabilitação e construção do muro de vedação do lar da terceira idade de Menongue.

Paganini da Silva disse que as informações postas a circular nas redes sociais, sobre o mesmo assunto, não são verdadeiras, porque o projecto tinha sido adjudicado a um outro empreiteiro que abandonou a obra em 2016, desconhecendo-se os termos contratuais e de pagamento, porque simplesmente não existe qualquer tipo de registo. "Por outras palavras, estamos diante de uma empresa fantasma", sublinhou.

Por esta razão e dada a importância do empreendimento, o ex-governador Pedro Mutindi decidiu contratar, em 2018, com fundos do Eurobonds atribuídos à província, a empresa "Nosso Tecto", a quem já foram pagos cerca de 41 milhões de kwanzas. "Eu ainda nem sonhava ser o director provincial do GEPE, cargo que passei a exercer apenas este ano", disse.

Em entrevista exclusiva ao *Jornal de Angola*, Paganini da Silva reconheceu ter havido falhas da empresa "Nosso Tecto", que recebeu a obra em 2018 e não ter feito a descrição exacta dos trabalhos ainda por realizar na infraestrutura, que está a ser erguida no bairro Kavikiviki.

"Porque do jeito que está estampado no letreiro percebe-se que a reabilitação e a construção do muro de vedação são exactamente a mesma coisa, quando na ver-



NICOLAU VASCO | EDIÇÕES NOVEMBRO

Director do GEPE, Elias Paganini da Silva, esclareceu dúvidas

dade o correcto seria 'Reabilitação do edifício e construção do muro de vedação', que estão orçados em 142 milhões e 970 mil kwanzas.

Analisado o contrato estabelecido com o "Nosso Tecto", Paganini da Silva esclareceu que a verba de 142 milhões e 970 mil kwanzas se encaixa perfeitamente, porque há uma série de tarefas por executar, desde a construção de três jangos, aplicação de mosaicos, portas e janelas, apetrechamento das casas de banho, entre outros trabalhos para que os cerca de 100 idosos que vão habitar o lar se sintam confortavelmente bem.

"O que podemos afirmar, neste momento, é que houve uma gafe do empreiteiro quando fez a descrição da obra na placa, o que nos obriga a esclarecer à opinião pública que em nenhuma parte de Angola o Ministério das Finanças aprova um projecto de construção de um muro de vedação no valor de 142 milhões e 970 mil kwanzas, conforme está a ser veiculado nas redes sociais", salientou.

Acrescentou que as obras estão paralisadas desde o ano passado devido à actual crise económica e financeira que

o país vive e que afectou de forma substancial os recursos alocados aos governos provinciais por via do Eurobonds. Garantiu que tão logo haja disponibilidade financeira as obras vão retomar o seu curso normal.

Sublinhou que o actual governador do Cuando Cubango, Júlio Bessa, quer saber as razões que levaram a primeira empresa contratada a abandonar a obra e o valor por esta recebido, porque não existe nenhum registo de contrato no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) e muito menos no Departamento de Contratação Pública, o que leva a concluir que se está diante de uma empresa fantasma.

"Este é um projecto do anterior Governo e que teve o seu reinício em 2018, com o financiamento do fundo do Eurobonds, à luz do Decreto 89/2018, em que o Titular do Poder Executivo disponibilizou um valor de 6,6 mil milhões de kwanzas, dos quais foi contemplada a conclusão das obras de reabilitação do edifício e a construção do muro de vedação do Lar da Terceira Idade de Menongue", concluiu.

ASSOCIAÇÃO DE CONSULTORES

# Especialista pede auditoria às obras de reconstrução

O presidente da Associação Angolana de Projectistas e Consultores (AAPC) propôs, segunda-feira, uma auditoria técnica às infraestruturas construídas ou reabilitadas a cargo do Gabinete de Reconstrução Nacional, co-responsabilizando as instituições financiadoras pela fraca qualidade de muitas obras, algumas das quais inacabadas.

Questionado sobre a conclusão do plano de drenagem de Luanda, uma obra que considerou "complexa" e com custos elevados que o país não está em condições de suportar, José Paulo Nóbrega recordou que, ao longo dos anos da reconstrução nacional, que se sucedeu ao fim do conflito armado em 2002, nem sempre o dinheiro foi bem aplicado.

"Esgotou-se o dinheiro que se tinha para fazer estes trabalhos, deixando-os por concluir. Agora é preciso encontrar as verbas adequadas para poder terminar essas intervenções, num país que tem as dificuldades que conhecemos para pagar essas dívidas, que nem sempre foram úteis", lamentou José Paulo Nóbrega.

O especialista sublinhou que muitas empresas "não tiveram a melhor actuação, e não é só um problema de Angola, porque essas empresas foram indicadas por instituições que financiaram a dívida e nem sempre esse dinheiro foi bem aplicado e alguns dos trabalhos não foram terminados".

Defendeu, por isso, a necessidade de uma auditoria técnica: "As pessoas ficariam surpreendidas por reparar que nem sempre a respon-

sabilidade é dos políticos angolanos", afirmou o engenheiro, considerando que houve "muita irresponsabilidade na abordagem técnica que foi efectuada".

Para o responsável da AAPC, as instituições que financiaram a dívida contraída por Angola para a reconstrução nacional "são co-responsáveis pela falta de qualidade de muitas infra-estruturas", algumas das quais ficaram por concluir.

Em causa está a forma como foram construídas ou recuperadas algumas estradas nacionais, pontes e outras infra-estruturas.

"A maior parte dessas obras foram feitas por empresas que foram indicadas por quem financiou, empresas que têm alvarás e técnicos e, apesar disso, fizeram obras que não duraram tempo nenhum e que estão destruídas", criticou o engenheiro, salientando que o país está a ser reconstruído "pela segunda vez".

Lembrando que "a reconstrução nacional é um assunto muito caro a um país", José Paulo Nóbrega assinalou que Angola "não tem capacidade financeira para se reconstruir, de três em três ou quatro em quatro anos", o que está a acontecer com algumas estradas e pontes.

"Isso em termos financeiros para o país é um desgate extremo e as responsabilidades das obras mal feitas nem sempre podem ser apontadas" aos decisores angolanos, reforçou o presidente da AAPC, frisando que "as pessoas, de forma ligeira, tentam indicar factores socialmente reprováveis, mas também existem factores tecnicamente reprováveis".

DR



Reconstrução de estradas custou milhões de dólares ao país

ENSINO PRIVADO

# Estudantes só pagam até 60% das propinas

As instituições privadas de educação e ensino estão autorizadas a cobrar até 60 por cento do valor da propina mensal, enquanto durar o Estado de Emergência, refere um decreto conjunto dos

Ministérios das Finanças, Educação e do Ensino Superior divulgado ontem.

O documento refere que as "Escolas Participadas" ficam autorizadas a cobrar até 25 por cento do valor da

propina mensal.

Sem prejuízo aos ajustes pertinentes aos respectivos calendários da actividade lectiva, a serem efectuados pelos departamentos ministeriais responsáveis pela gestão do Sistema de Educação e Ensino, as propinas pagas nos termos dos números anteriores ao presente documento, devem ser consideradas como parte integrante do pagamento dos dez meses previstos para cada ano lectivo, não poden-

do ser cobrada qualquer prestação adicional.

O decreto sublinha ainda que, enquanto durar o Estado de Emergência, as instituições que prestam serviços de educação e ensino devem criar condições para facilitar os pagamentos por via de operações bancárias automáticas ou remotas, de modo a evitar a aglomeração de pessoas, nos termos recomendados pelas autoridades sanitárias.